

SANEANDO A CIDADE, FOMENTANDO DISPARIDADES. TRABALHADORES, INTERVENÇÕES URBANAS E SALUBRIDADE EM SÃO PAULO, 1911-1930

Fábio Alexandre dos Santos
Instituto de Economia – Universidade Estadual de Campinas (Unicamp)
Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp)

Introdução*

As transformações conhecidas como Segunda Revolução Industrial operaram mudanças significativas no sistema capitalista mundial, refletindo na expansão das fronteiras econômicas e modificando o papel dos países não-industrializados no conjunto do sistema. Ao mesmo tempo, intensificou o comércio internacional e ampliou o mercado para os países produtores de matérias-primas e alimentos, particularmente a partir das transformações tecnológicas operadas pela navegação a vapor e pela construção ferroviária, que agilizaram o transporte de mercadorias e pessoas.¹

Além de sua tradicional inserção como produtores de matérias-primas e alimentos, na virada ao século XX, os países não-industrializados passam a contar também, e de maneira contundente, como campo de investimentos para os países centrais, particularmente na construção de infra-estrutura para os sistemas exportadores (ferrovias, portos) como no estabelecimento e na melhoria dos equipamentos urbanos (transportes, iluminação, sistemas de água e esgoto). De 1890 a 1914, por exemplo, os países centrais da economia capitalista investiram consideráveis volumes de capitais motivando a expansão de seus negócios para vastas áreas do globo.²

* Este artigo apresenta alguns dos resultados parciais da pesquisa de doutoramento em andamento no Programa de Pós-graduação em Economia Aplicada e História Econômica, do Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), e conta com o financiamento da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

¹ Ao final do século XIX, nações anteriormente consideradas atrasadas já podiam ser conceituadas como industrializadas, representando um aumento significativo na concorrência a ponto de iniciar fusões que levariam aos monopólios. Neste momento França, Alemanha, Rússia, Japão e Estados Unidos já se encontravam industrializados. Alexander Gerschenkron. *El atraso económico em su perspectiva histórico*. Trad., Barcelona: Ariel, 1968. Ver também Carlos Alonso Barbosa de Oliveira. *O processo de industrialização – do capitalismo originário ao atrasado*. Campinas: Tese de Doutorado, IE, Unicamp, 1985.

² Flávio A. M. Saes. *A grande empresa de serviços públicos na economia cafeeira, 1850-1930*. São Paulo: Hucitec, 1986, especialmente o capítulo 3 – A expansão do capital estrangeiro e as reações internas (1906-1918).

No caso do Brasil, várias províncias foram alvo de investimentos estrangeiros até 1870, entre elas Pernambuco, Bahia e a capital brasileira, Rio de Janeiro, mas a partir de então, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul passavam a atrair cada vez mais esses capitais. No caso de São Paulo, a partir de 1881, a província acabou por sobrepujar o Rio de Janeiro como mercado atrativo à aplicação desses capitais. No período de 1906 a 1918, a tendência de expansão dos capitais estrangeiros no Brasil e, particularmente em São Paulo, estava circunscrita às excepcionais condições de produção e comercialização dos produtos brasileiros no momento, além, é claro, da situação de internacionalização da economia brasileira, também impulsionada pelo fim do escravismo e o emprego do trabalho assalariado.³

A segunda metade do século XIX, na Europa, também impulsionou importantes transformações, como revoluções políticas e explosões demográficas que resultaram na expulsão de largos contingentes de pessoas, os quais promoveram um considerável movimento de emigração com destino às Américas do Norte e do Sul. Ao mesmo tempo, em 1890, em função do endividamento que ocasionou na chamada Crise da Baring Brothers, a Argentina sofreu um período de crise financeira, desviando parcela significativa de imigrantes que seguiam rumo àquele país para o Brasil.

A cidade de São Paulo foi um dos grandes receptores desses migrantes, movimento que se intensificou após o fim do escravismo e a instauração da República, quando a cidade vivenciou uma explosão demográfica diferenciada das principais cidades do Brasil, passando, no último quartel do século XIX, de pequeno burgo de estudantes à sua fase de crescimento urbano-industrial.⁴ De 1889 ao início do século XX, cerca de 750 mil estrangeiros entraram no Estado de São Paulo, dos quais 80% subsidiados pelo governo; já da abolição do escravismo à Depressão de 1930, aportaram em terras paulistas 2.250.000 imigrantes, sendo 58% subsidiados; além disso, muitos dos que vieram após 1900 pagaram suas despesas de viagens.⁵

³ Para Zélia M. Cardoso de Mello. *Metamorfoses da riqueza. São Paulo, 1845-1895. Contribuição ao estudo da passagem da economia mercantil-escravista à economia exportadora capitalista*. São Paulo: Pref. Mun. de São Paulo/ Hucitec, 1985, concomitante ao processo em que o “escravo” perdia valor como símbolo de riqueza, iniciaram-se as valorizações de bens como “imóveis” e “ações”. Tais mudanças nos símbolos de riqueza representam a complexidade de uma nova economia em gestação. “Este avanço libertou o capital dos escravos e não o contrário”, cujas maiores beneficiárias foram as cidades, que receberam inversões antes direcionadas ao escravismo.

⁴ Richard Morse. *Formação histórica de São Paulo*, São Paulo: Difel, 1970, pp. 205 e segs.; Ernani Silva Bruno. *História e tradições da cidade de São Paulo*. São Paulo: Hucitec, 1991, pp. 899 e segs.

⁵ Thomas H. Holloway. *Imigrantes para o café. Café e sociedade em São Paulo, 1886-1934*. Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, pp. 68 e 84. Por outro lado, Wilson Cano. *Raízes da concentração industrial em São*

Ao fim de 1910, a cidade de São Paulo abrigava uma população de mais 375 mil almas, passando ao final da década de 1910 a quase 600 mil e em 1930 a quase 900 mil habitantes. No período de 1910 a 1920, a cidade de São Paulo apresentou uma taxa de crescimento de 56%, enquanto o Distrito Federal cresceu 28%; já no período de 1920 a 1930, a cidade de São Paulo cresceu de 51% e o Distrito Federal 30%. Ao se tomar o período de 1900 a 1930, a taxa de crescimento da população da cidade de São Paulo apresentou um crescimento de 370%, enquanto a capital brasileira apresentou uma taxa de 218%, Porto Alegre de 348%, Recife de 346% e Salvador de 163%.

Por volta de 1920, os trabalhadores estrangeiros compunham 52% da mão-de-obra da indústria paulistana, e o distrito do Brás, “localizado na parte baixa da cidade, a leste do antigo centro urbano, tornou-se uma das zonas residenciais que mais concentrava trabalhadores. Em 1910, cerca de um terço da população da capital vivia ali. Os vereadores que representavam o distrito trabalhavam duramente para conseguir que o governo municipal fornecesse a seus habitantes a mesma qualidade de serviços públicos que gozavam os bairros mais abastados.”⁶ Os imigrantes eram a maioria dos trabalhadores empregados na indústria, nas primeiras décadas do século XX, fato que se mantém até 1930, quando os estrangeiros deixam de ser o motor do adensamento urbano, e as migrações internas passam a substituí-los nesse processo.⁷ Entre 1927 e 1934, São Paulo era considerado o centro industrial, operário e estrangeiro, majoritariamente de imigrantes italianos ou de filhos de italianos.⁸

Tal explosão demográfica também foi motivada pela confluência de fatores ligados à instalação dos trilhos das diferentes companhias ferroviárias, a partir de 1867, que gerou serviços e funções antes inexistentes na cidade. Com a inauguração da São Paulo Railway (Santos-Jundiaí), ocorre a ligação da principal zona cafeeira do interior naquele momento, ao porto exportador, Santos, passando pela capital do Estado. A partir de Jundiaí, abrem-se ramais férreos rumo ao interior, com a construção da Cia. Paulista e da Cia. Mogiana, permitindo a ligação com a capital paulista e o início do processo de absentéismo, com

Paulo. 4.ed., Campinas: I.E.,Unicamp, 1998, pg. 62, aponta que de 1908 a 1936, de 1.221.282 imigrantes que aportaram em São Paulo, apenas 59% eram declaradamente trabalhadores agrícolas.

⁶ Joseph Love. *A locomotiva. São Paulo na Federação, 1889-1937*. Trad., Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982, pg. 122.

⁷ Paulo Sérgio de M. S. Pinheiro. *Política e trabalho no Brasil (dos anos vinte a 1930)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975, pp. 89 e segs.

⁸ Maria Auxiliadora G. de Decca. *A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1927-1934)*. Campinas: Dissertação de Mestrado, IFCH, Unicamp, 1983, pg. 3.

abastados fazendeiros de café se deslocando do interior rumo a São Paulo, em função da rápida comunicação. O ramal férreo transforma-se, ainda, num importante corredor ferroviário privilegiado pela circulação de mercadorias, pessoas, mão-de-obra, dinheiro etc.

Em 1877, a Estrada de Ferro do Norte (Central do Brasil) efetivou a ligação férrea de São Paulo com a capital brasileira, Rio de Janeiro, contribuindo para a formação e consolidação de um entroncamento ferroviário que ligava importantes pontos e implementando um mercado consumidor e de trabalho em seu entorno, isto é, congregando alguns dos elementos constituintes de sua urbanização ulterior. São Paulo transforma-se numa área tributária privilegiada, como uma encruzilhada de caminhos, na qual a atividade comercial foi largamente favorecida.⁹ Economicamente, a cidade colhia os resultados auspiciosos de uma conjuntura internacional favorável à inserção de seus produtos no mercado internacional o que definiu as condições econômicas e políticas que contribuíram para o adensamento do complexo cafeeiro paulista, permitindo, também, o surgimento dos primeiros empreendimentos industriais em São Paulo.

As primeiras indústrias paulistas, com técnicas ainda rudimentares foram o resultado de inversões tanto de capitais internos oriundo do complexo cafeeiro quanto de capitais externos originários de imigrantes que trouxeram algum pecúlio ao Brasil.¹⁰ Elas se beneficiaram, também, indiretamente, de fatores políticos e econômicos decorrentes da instauração da República, em 1889. Dentre eles, vale ressaltar a descentralização fiscal e política propiciada pelo Federalismo, que permitiu ao Estado de São Paulo adotar medidas que atendessem diretamente aos interesses de seus setores dominantes, tanto no que se refere à política de imigração quanto à possibilidade de contrair crédito externo para implantar melhoramentos rurais e urbanos. E uma das inversões promovidas por tais mudanças foi o empreendimento dos primeiros serviços de saúde no Estado de São Paulo, possibilitada financeiramente com o acréscimo, em seus cofres, dos recursos fiscais oriundos do imposto de

⁹ Paul Singer. *Desenvolvimento econômico e evolução urbana: análise da evolução econômica de São Paulo, Blumenau, Porto Alegre, Belo Horizonte e Recife*. São Paulo: Editora Nacional, 1974, pg. 363.

¹⁰ Sobre o debate café e industrialização ver Wilson Cano. Op. cit., 1998; João Manuel C. de Mello. *Capitalismo Tardio. Contribuição à revisão crítica da formação e do desenvolvimento da economia brasileira*. 10.ed, Campinas: I.E., Unicamp, 1998; Sergio Silva. *Expansão cafeeira e origens da indústria no Brasil*. São Paulo: Alfa-Omega, 1976; Wilson Suzigan. *Indústria brasileira. Origem e desenvolvimento*. São Paulo: Brasiliense, 1986; Warren Dean. *A industrialização de São Paulo (1880-1945)*. Trad., 4.ed., Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1991.

exportação – promulgado pela Constituição de 1891 – enquanto à União coube a receita proveniente do imposto de importação.¹¹

Em sua origem e incremento, portanto, a vida urbana está ligada à incorporação de uma série de instituições e serviços que promova a dinâmica urbana. Neste aspecto, também surge a preocupação com o estado material dos elementos constituintes do meio físico, os quais seriam os agentes capazes de determinar oscilações na saúde de sua população. Historicamente, portanto, ligado ao fenômeno urbano surge a necessidade do controle político-científico do meio – da cidade –, “a base material e social capaz de assegurar a melhor saúde possível dos indivíduos. E é correlativamente a ela que aparece a noção de saúde pública, técnica de controle e de modificação dos elementos materiais do meio que são suscetíveis de favorecer ou, ao contrário, prejudicar a saúde”.¹² Sua origem remonta à emergência do fenômeno urbano industrial na França do século XVIII.

A problemática urbana, em qualquer lugar do mundo onde o fenômeno tenha ocorrido trouxe consigo problemas decorrentes da grande concentração de pessoas. Na Europa, por exemplo, a partir de 1850, quando a Inglaterra e França viviam os efeitos da industrialização, o problema foi patente. Em Londres, em 1850, a cidade possuía 2,5 milhões de habitantes e passava cada vez mais a abrigar todos os problemas que a vida urbana apresentava, opondo a opulência material à constante degradação do homem, que se acentuou no decorrer do século. Ao final do século XIX, o problema das classes pobres já se enquadrava em medidas científicas de combate a um mal com altos custos econômicos: a pobreza e a degeneração urbana.¹³

É neste sentido que se explica a correlação direta do fenômeno urbano com a devida busca da salubridade, que acrescida das concepções médico-sanitárias do final do século XIX acreditava estar no meio físico – através dos miasmas, geradas pelas pútridas águas estagnadas – as origens das principais doenças que afligiam a população. Não é em vão que as próprias autoridades centralizavam suas ações sobre o meio físico da cidade, esperando sanar os problemas. Nesse ínterim, as concepções médicas compunham o fundamento necessário para

¹¹ Wilma Peres Costa. “A questão fiscal na transformação republicana – continuidade e descontinuidade.” In: *Economia e Sociedade*. Campinas: vol. 10, jun. de 1998, pp. 141-173.

¹² Michel Foucault. *Microfísica do poder*. Trad., 2.ed., Rio de Janeiro: Graal, 1981, pg. 93.

¹³ Maria Stella Bresciani. *Londres e Paris no século XIX. O espetáculo da pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982, pp. 20 e segs. Sobre esta temática também trabalham Lewis Mumford. *A cidade na História*. Trad., 4.ed., São

as práticas intervencionistas em determinadas áreas, consideradas insalubres e nocivas à saúde da população.

Também é a partir dessa concepção, aponta Emerson Merhy, que a noção de saúde pública, enquanto sanitarismo, explicará e pautará suas ações sanitárias, “retringindo-as a um conjunto de ações sobre os fatores que serão encarados como os responsáveis pelo aparecimento das doenças coletivamente, e identificados com o meio urbano, que será reduzido à disponibilidade maior ou menor, das condições adequadas de moradia, esgoto, etc. O cuidado médico individual não teria a saúde como objeto, mas a doença, e por isso, é tido como limitado, dentro da visão miasmática, tendo um certo valor para mostrar ou apontar o problema.”¹⁴

No caso da cidade de São Paulo, aliado à relação da salubridade com o adensamento urbano e às intervenções urbanísticas daí resultantes, os trabalhadores imigrantes se tornaram elementos cruciais deste contexto ao se dirigirem para a cidade em busca de trabalho na nascente indústria, representado, também, pelo fato de “atender aos requisitos de uma economia em plena expansão”¹⁵, o que contribuiu sobremaneira para a explosão demográfica que a cidade vivenciaria nos anos seguintes.

O objetivo da pesquisa, portanto, é apreender como os trabalhadores urbanos, especialmente os imigrantes, vivenciaram as transformações urbanísticas na cidade e de que modo integraram as demandas pela melhoria na sua qualidade de vida por meio da busca da salubridade. Neste artigo, contudo, são apresentados alguns resultados parciais no que diz respeito ao processo de capitalização do solo urbano em relação às intervenções realizadas na cidade, os quais acabaram delimitando o espaço de cada um no interior da *urb*.

Intervenções urbanas e capitalização do solo na cidade de São Paulo

O início da ocupação territorial da cidade foi fundamentado no liberalismo, com a compra e venda pautando o acesso a terra, cujo marco definidor foi a Lei de Terras de 1850 e sua regulamentação em 1854. A partir de então e “diante da concentração, a questão do espaço

Paulo: Martins Fontes, 1998, pp. 483 e segs.; Mônica Charlot; Roland Marx (orgs.). *Londres, 1851-1901. A era vitoriana ou o triunfo das desigualdades*. Trad., Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

¹⁴ Emerson Elias Merhy. *O capitalismo e a saúde pública. A emergência das práticas sanitárias no estado de São Paulo*. 2.ed., Campinas: Papyrus, 1987, pg. 35.

¹⁵ Boris Fausto. *Trabalho urbano e conflito social (1890-1920)*. São Paulo/ Rio de Janeiro: Difel, 1976, pp. 16-17.

ganhou relevância e, por conseguinte, o que era de quem, o que era comum e o que não. Não há como ignorar a mudança universal política, ideológica e conceitual. A terra transforma-se em mercadoria, em negócio; a mirrada terra urbana também.”¹⁶

Curiosamente, explica Murilo Marx, mesmo diante da legislação que tratava da transmissão da posse da terra estar em vigor há anos, ainda no final do século XIX a municipalidade paulistana realizava concessões de terras e, pior, somente em 1911 a prefeitura registra o último aforamento no município. A afirmação do autor descortina como a ocupação do espaço na cidade de São Paulo traz em seus meandros interesses econômicos de monta, e que refletem a importância do capital privado nesse intercuro.

Ao livre mercado imobiliário juntava-se a necessária busca da salubridade, em discussão pelas teorias urbanísticas, o que veio reforçar as margens de manobra de um mercado especulativo, pois permitiu a cada área receber características capazes de condicionar sua valorização. A questão da altitude foi uma delas, através da qual se definia onde era considerado salubre e com boas condições para moradia. De acordo com Maria Cecília Naclério Homem, na década de 1890, tal fato já condicionava a valorização das melhores áreas, dos melhores espaços, e, acima de tudo, já direcionava a estrutura interna da cidade.¹⁷

O caso de São Paulo é emblemático da convergência do discurso científico da época com a especulação urbana, que se fazia principalmente em função da topografia, valorizando os terrenos localizados mais ao alto em detrimento daqueles localizados próximos aos rios e várzeas, e mais sujeitos às enchentes. Para se ter uma idéia exata da magnitude do estigma criado em função das várzeas e do que elas representavam se relacionada ao mercado imobiliário, basta atentarmos à observação constante num relatório de 1926, que trata da retificação do rio Tietê, mas que demonstra claramente como as regiões consideradas inundáveis eram vistas pela população, mesmo diante das descobertas científicas da microbiologia:

“As varzeas do Tieté ainda podem ser consideradas como estranhas ao completo domínio do homem; ocupadas em escala relativamente pequena, são poucas as casas dos que se aventuram conscientemente á moradia em

¹⁶ Lei nº 601 de 1850 e Decreto nº 1.318 de 1854. Murilo Marx. *Cidade no Brasil terra de quem?* São Paulo: Nobel/Edusp, 1991, especialmente o capítulo Patrimônio Leigo.

¹⁷ Maria Cecília Naclério Homem. *O palacete paulistano e outras formas urbanas de morar da elite cafeeira.* São Paulo: Martins Fontes, 1996.

terrenos frequentemente inundáveis e dos que foram iludidos na compra de lotes destes terrenos para habitações.”¹⁸

A questão era antiga e nas décadas finais do século XIX, os vazios de São Paulo, considerados salubres, no interior de uma cidade que passava a hierarquizar seus espaços, valorizá-los e ocupá-los segundo o saber médico, serviram para abrigar os casarões dos abastados fazendeiros que se dirigiam à cidade, como foi o caso das regiões de Campos Elíseos, Higienópolis, Paulista.

Enquanto isso, nos bairros operários do Brás, Mooca, Belenzinho, Bom Retiro e a todos àqueles ligados diretamente à realidade das fábricas, em terrenos mais baratos, nas várzeas, seguindo as estradas de ferro, surgia uma outra realidade. Suas casas eram de pequeno e médio portes, produzidas em série, com áreas coletivas, formando conjuntos arquitetônicos homogêneos. Dividiam o espaço com galpões de indústrias e estabelecimentos comerciais, além dos cortiços. Os primeiros cortiços que se tem notícia, de acordo com Alves, estavam na Sé, Santa Efigênia, Bela Vista, Brás e Mooca.¹⁹

Essa delimitação do espaço representa um processo no qual foram recrudescidos os locais específicos de moradia e trabalho a determinados grupos sociais, da mesma forma que também foram reproduzidos os espaços destinados às elites, a partir da concepção de que o contágio das doenças se dava por meio dos fluídos miasmáticos, direcionavam-se as atribuições a programas de intervenção física destinados à remoção dos elementos físicos que poderiam causar a difusão de doenças, por meio da putrefação, como o lixo, os esgotos, a água poluída, as habitações e cortiços superlotados com pouca ventilação e higiene etc. Assim, as áreas localizadas próximas aos rios, várzeas, charcos eram consideradas insalubres e comercialmente inviáveis, portanto, mais baratas do ponto de vista do mercado imobiliário.

Mesmo diante de inovações científicas, como a microbiologia, a utilização da concepção miasmática teve longa “utilidade” a quem pôde interessar, e grandes áreas localizadas próximas às várzeas – como a várzea do Carmo, a várzea de Pinheiros – representam exemplos desse discurso, muito bem explorado pelo mercado imobiliário. “Os relatórios do Serviço Sanitário deixam claro que o Estado e o Município procuravam

¹⁸ Arquivo Histórico Municipal de São Paulo (AHMSP) Melhoramentos do rio Tieté em São Paulo. Relatório apresentado ao sr. Dr. Firmiano Ponto, Prefeito de São Paulo, por F. Saturnino Rodrigues de Brito, Eng. Civil, Consultor. São Paulo: Secção de Obras d’O Estado de S. Paulo, 1926, pg. 126.